

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

“NÓS DAMOS O CAMINHO”: UMA ANÁLISE DO ATENDIMENTO SOCIAL “PELA VIDA” REALIZADO PELA PARÓQUIA JOÃO PAULO II NA ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Débora Cristina Ribeiro

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17851>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

“NÓS DAMOS O CAMINHO”: UMA ANÁLISE DO ATENDIMENTO SOCIAL “PELA VIDA” REALIZADO PELA PARÓQUIA JOÃO PAULO II NA ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Debora Ribeiro

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3627-8258>

<deboraribeirocsocial@gmail.com>

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

RESUMO:

Esse manuscrito intenciona analisar o projeto social católico “Pela Vida”, que compõe o Núcleo de Assistência Social da paróquia João Paulo II, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. O “Pela Vida” é uma organização de acolhimento a gestantes que desejam interromper a gravidez, oferecendo acolhimento social, psicológico, formação profissional e assistência jurídica, objetivando que essas mulheres não sigam com o aborto. Como essa paróquia em análise passou por uma transição, na qual antes era gerida pela Teologia da Libertação e atualmente é guiada por uma cosmologia espiritualista advinda da Renovação Carismática Católica, neste artigo será analisado como o gênero sempre gerou tensionamentos na Igreja Católica, mesmo nas teologias mais progressistas. A análise conduz a compreender que a paróquia João Paulo II, a partir do seu núcleo de assistência social adotou um discurso individualista e suas ações sociais se relacionam com lógicas conservadoras que valorizam o indivíduo por meio da influência carismática, de forma que a luta contra a prática do aborto se tornou a principal frente de atuação social nesta paróquia, em contrapartida há uma atuação anterior que visava a libertação comunitária.

Palavras-chave: Aborto; Assistência Social; Igreja Católica; Renovação Carismática Católica; Teologia da Libertação.

“WE SHOW THE WAY”: AN ANALYSIS OF THE “PELA VIDA” SOCIAL SERVICE PROGRAM CARRIED OUT BY THE JOHN PAUL II PARISH IN THE WEST ZONE OF THE CITY OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT:

This paper aims to analyze the Catholic social project “Pela Vida,” which is part of the Social Assistance Center of the John Paul II Parish, located in the western part of the city of Rio de Janeiro. “Pela Vida” is an organization that provides support to pregnant women who wish to terminate their pregnancies, offering social and psychological support, vocational training, and legal assistance, with the goal of discouraging these women from proceeding with an abortion. Since the parish under analysis has undergone a transition—from being previously guided by Liberation Theology to being currently guided by a spiritualist worldview stemming from the Catholic Charismatic Renewal—this article will examine how gender has consistently generated tensions within the Catholic Church, even among the most progressive theologies. The analysis leads to the understanding that the João Paulo II parish, based on its social assistance program, has adopted an individualistic discourse, and its social actions are rooted in conservative logics that value the individual through charismatic influence. Consequently, the fight against abortion has become the main focus of social action in this parish, in contrast to its earlier efforts aimed at communal liberation.

KEYWORDS: Abortion; Social Assistance; Catholic Church; Catholic Charismatic Renewal; Theology of Liberation.

«NOSOTROS MARCAMOS EL CAMINO»: UN ANÁLISIS DE LA ATENCIÓN SOCIAL «POR LA VIDA» QUE LLEVA A CABO LA PARROQUIA JUAN PABLO II EN LA ZONA OESTE DE LA CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo analizar el proyecto social católico «Pela Vida», que forma parte del Núcleo de Asistencia Social de la parroquia Juan Pablo II, situada en la zona oeste de la ciudad de Río de Janeiro. «Pela Vida» es una organización que acoge a mujeres embarazadas que desean interrumpir su embarazo, ofreciéndoles apoyo social y psicológico, formación profesional y asistencia jurídica, con el objetivo de que estas mujeres no sigan adelante con el aborto. Dado que la parroquia objeto de análisis ha experimentado una transición —antes se regía por la Teología de la Liberación y actualmente se guía por una cosmología espiritualista procedente de la Renovación Carismática Católica—, en este artículo se analizará cómo el género siempre ha generado tensiones en la Iglesia Católica, incluso en las teologías más progresistas. El análisis lleva a comprender que la parroquia Juan Pablo II, partiendo de su núcleo de asistencia social, ha adoptado un discurso individualista y que sus acciones sociales

se relacionan con lógicas conservadoras que valoran al individuo a través de la influencia carismática, de modo que la lucha contra la práctica del aborto se ha convertido en el principal frente de actuación social en esta parroquia, en contraposición.

Introdução:

Este artigo tem como objetivo analisar o Projeto “Pela Vida¹”, organização de acolhimento a mulheres que desejam interromper a gravidez, que compõem o Núcleo de Assistência Social da Paróquia João Paulo II², localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Esse atendimento é um dos variados oferecidos pelo núcleo de assistência social da paróquia, no qual gestantes que não desejam dar continuidade à sua gravidez procuram ou são encaminhadas a esse grupo religioso, em busca de acolhimento.

O “Pela Vida” tem como objetivo conscientizar essas mulheres gestantes a não optarem pelo aborto, oferecendo tratamento psicológico, formação profissional e assistência jurídica, caso a gestante deseje optar pela doação legal. Nesse sentido, se intenciona compreender as controvérsias que envolvem essa atuação social oferecida por essa paróquia, refletindo sobre a representação de pessoa que é alocada ao feto em contraponto à noção de pessoa atrelada à mãe, principalmente pelo discurso religioso católico.

A paróquia em análise passou por uma transição, que anteriormente era gerida pela Teologia da Libertação e atualmente segue uma cosmologia mais espiritualista, advinda da Renovação Carismática Católica. Porém, neste artigo será analisado como o gênero sempre gerou tensionamentos na Igreja Católica, mesmo nas teologias mais progressistas. A análise aponta que a Paróquia João Paulo II, a partir de seu núcleo de assistência social, adotou um discurso individualista e as práticas de assistência social promovidas atualmente vem se relacionando com discursos conservadores, baseando-se na valorização do indivíduo proposto pela teologia carismática, de modo que a luta contra a prática do aborto se tornou a principal frente de atuação social nesta comunidade religiosa em contrapartida de uma atuação pela libertação comunitária que era realizada na gestão anterior.

Para isso, essa pesquisa utilizou como metodologia a realização de uma etnografia juntamente com a observação participante e entrevistas semiestruturadas e abertas com atores vinculados ao Núcleo de assistência social da Paróquia João Paulo II, entre janeiro de 2026 e maio de 2026. Como aporte metodológico, foi utilizada a descrição densa, na qual Clifford

¹ Nome fictício.

² Nome fictício.

Geertz (1973) coloca em foco as respostas que os informantes fornecem, tendo em mente que eles também estão interpretando suas experiências e, a partir disso, analisar, documentar e transmitir esses sistemas de interpretações.

Ademais, por meio da ideia de controvérsias (Montero, 2015; Latour, 2012), ferramenta teórico-metodológica que auxilia a observação dos fenômenos sociais, o confronto foi colocado como objeto de análise, mas não se restringiu a entender somente as divergências, ao explorar também como as controvérsias religiosas moldam essas relações sociais e influenciam a formação de consensos e decisões.

Ao refletir sobre a prática do aborto, a partir dos apontamentos de Boltanski (2012), é interessante pontuar duas observações. A primeira versa sobre a legitimidade do aborto, em relação à oposição entre o permitido e o proibido, de modo que *“o aborto parece estar suspenso entre o que tange ao transgressivo e o que tange ao aceitável e, assim, condenado a flutuar entre essas duas posições extremas”* (p. 219). Uma segunda questão tratada pelo autor é a relação entre a generalidade do aborto e a sua visibilidade. O aborto, na maioria das vezes, permanece nas sombras, mesmo que seja universalmente conhecido e praticado e, exatamente por ser deixado nas sombras, essa prática fica em uma posição ambígua, em que há um conflito entre o aceitável e o proibido.

Nesse sentido, esse artigo propõe analisar de forma antropológica o combate à interrupção da gravidez por uma instituição católica, como uma forma de enfrentamento à vulnerabilidade, por meio de seu núcleo de assistência social. Assim, a análise será compreendida primeiramente dentro do debate sobre moralidades, direitos reprodutivos e ativismo conservador, objetivando compreender a relação entre religião, modernidade e secularismo, principalmente articulando os conceitos de controvérsia religiosa (Montero, 2015) e secularismo estratégico (Vaggione, 2012), frente à emergência de uma direita religiosa que defende a vida desde a concepção.

Para isso, esse artigo se estrutura em quatro pontos: primeiramente, é intencionado apresentar a paróquia João Paulo II e a entrada da Renovação Carismática Católica nessa comunidade religiosa e, conseqüentemente apontar o fortalecimento do conservadorismo nesse espaço, em segundo lugar compreende-se ser importante fazer uma crítica a Teologia da Libertação que, mesmo a partir de um discurso progressista, não deu abertura pra o debate de gênero; posteriormente, segue com uma reflexão sobre a contraofensiva católica em relação a interrupção da gravidez frente aos avanços adquiridos por meio das lutas do movimentos

feminista; e por fim, é objetivado analisar o “Pela Vida”, organização vinculada ao Núcleo de Atendimento Social da Paróquia João Paulo II, que oferece práticas assistenciais de desencorajamento do aborto.

A Paróquia João Paulo II e seu Núcleo de assistência social: Organização e tensões

A Paróquia João Paulo II ainda é conhecida por “comunidades de comunidades”, tendo como seu símbolo uma margarida na qual as folhas representam fé e ação e as pétalas refletem as 40 CEBs que compõem a paróquia. Porém, a partir da troca de gestão da paróquia na qual o Padre Luciano, pároco desde 1978, prático da Teologia da Libertação, foi substituído pelo Padre Adriano, que segue uma teologia mais conservadora da Igreja Católica, a Renovação Carismática Católica, as CEBs vêm sendo invisibilizadas, sendo transformadas em capelas e, dessa forma, existe nessa paróquia um processo de fortalecimento do conservadorismo, principalmente em relação aos direitos reprodutivos.

Entendendo que a religião é um modo de organização da vida social e, em consequência, o território socioespacial em que está inserida, parte-se do princípio de que as religiões organizam espaços visíveis e não visíveis, integrando os espaços de disputas políticas, influenciando narrativas sociais, econômicas, morais e territoriais (Cardoso, 2023). Aqui serão investigadas as consequências das tensões produzidas em torno dessas transformações das formas de assistencialismo católico.

Padre Luciano dirigiu a Paróquia São João José por aproximadamente 50 anos. Como fruto desta gestão, foram criadas aproximadamente 40 Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), grupos organizados em torno de uma paróquia, com pessoas que, por meio de sua comunhão de fé, compartilham suas experiências, construindo lutas comunitárias por melhores condições de vida (Betto, 1981).

Após Pe. Luciano voltar para a Itália; a Paróquia ficou sob a direção do Padre Adriano, que segue uma direção teológica influenciada pela Renovação Carismática Católica (RCC), movimento de pentecostalização católico, constituído por uma estrutura organizacional baseada em grupos de oração, responsáveis por promover a experiência do Espírito Santo na conversão de fiéis, para formar um grande exército dentro da Igreja Católica (Carranza, 2008).

O Núcleo de Assistência Social da Paróquia João Paulo II foi pensado e institucionalizado a partir da entrada da Renovação Carismática Católica nessa comunidade

religiosa. Em uma entrevista feita com a Coordenadora do Núcleo, Dona Maria³ contou um pouco sobre o início do projeto e como ele se organiza. Com dez anos de existência, este núcleo de assistência social surge dentro da nova gestão e, dessa forma, com esse núcleo, as ações sociais da Paróquia que já existiam durante a gestão passada, que era guiada pela Teologia da Libertação, foram institucionalizadas e reformuladas e, hoje em dia, contam também com patrocínio de instituições que extrapolam a própria paróquia.

Esse núcleo de assistência social, órgão vinculado à paróquia João Paulo II, oferece demasiados serviços à sua comunidade como psicopedagogia, auriculoterapia, pré-vestibular social, assistência social, preparatórios para concursos, atendimento com clínico geral, o “Pela Vida”, cursos profissionalizantes, curso de enfermagem, fonoaudiologia para idosos, farmácia comunitária, logoterapia, neuropsicopedagogia, atendimento nutricional, orientação jurídica, aulas de pilates e atendimento psicológico.

Dessa forma, percebeu-se que a práxis que era praticada nas CEBs foi ampliada a partir de uma lógica mercantil, onde a libertação social não é mais algo comunitário, mas sim alcançada de forma individual. É interessante também a entrada de práticas holísticas para a promoção da saúde da comunidade, algo que se aproxima da cosmologia da Nova Era, apontam os autores, que consideram que o indivíduo tem o poder de criar sua própria realidade por meio de suas vibrações mentais e, nesse sentido, a prosperidade é alcançada por meio do desenvolvimento espiritual (STERN, Fábio L.; GUERRIERO, Silas, 2020).

Voltando à entrevista com a coordenadora do grupo, quando questionada sobre quais grupos religiosos estão envolvidos nesse núcleo, Dona Maria apontou que majoritariamente são voluntários advindos de movimentos com fortes influências carismáticas, estes que a coordenadora denominou como pastorais da espiritualidade. Deste modo, compreende-se que, atualmente, existe uma escolha pelo indivíduo, centralizando o espírito, ao serem propostas as formas de assistência social realizadas por essa paróquia, em contraposição com as que eram guiadas sob luz da Teologia da Libertação, na gestão paroquial anterior.

O gênero na Igreja Católica: Resistências no progressismo libertário

Para este artigo, é importante apontar como as teologias feministas geram incômodos aos católicos adeptos da Teologia da Libertação. Nesse sentido, para esse tópico, será utilizado de forma principal, os apontamentos de Ivone Gebara, de seu artigo “A teologia da libertação e

³ Nome fictício.

as mulheres” (2020). Mesmo sendo consagrada como um setor progressista da Igreja Católica, as discussões relacionadas ao gênero foram como uma pedra no sapato para esses teólogos, tanto que, como exemplo, Gebara aponta que a presença feminina em assembleias nacionais e internacionais da Teologia da Libertação era fruto das condições impostas pelas agências financiadoras desses eventos (Gebara, 2020), ou seja, a presença das mulheres nesses debates era tratada como uma troca financeira.

Aqui não nego a importância da Teologia da Libertação e a sua intencionalidade em relação à pobreza, mas a crítica parte de uma visão epistemológica, questionando o que impediu e ainda impede a inserção das discussões advindas de corpos dissidentes, que fogem do poder social estabelecido (Gebara, 2020). Nesse sentido, é chamada a atenção para o fato de que as análises teóricas advindas da Teologia da Libertação não conseguiram alcançar as particularidades dos grupos que seu discurso objetivava atingir, e ainda mais grave era esse ponto em relação às mulheres, pois, mesmo que elas compreendessem metade da humanidade, suas vozes não foram levadas a sério dentro da Igreja (ibid).

Mesmo tendo um discurso universalista, a Teologia da Libertação e a Igreja Católica em geral não pretendiam incluir as mulheres no exercício da cidadania eclesial (Gebara, 2020). Gebara ainda discute as limitações do próprio discurso teológico da libertação, afirmando que não houve alívio prático por meio das teorias para pessoas pobres que buscavam sanar seus sofrimentos. Isso porque o mundo da reflexão teológica não construiu ferramentas para acessar a dimensão dos pobres, indígenas e negros, levando em consideração que a linguagem e a expressão da fé são diferentes (Gebara, 2020). Ou seja, esse discurso intelectual proposto pela Teologia da Libertação, muitas vezes, era inacessível até pra quem a TL objetivava atingir.

Isso, pois, dentro do cristianismo há uma acentuação da diferença biológica entre homens e mulheres e, em consequência, excluem-se as mulheres de exercerem sua própria cidadania e, mesmo com uma teologia crítica proposta pelos católicos libertários, não houve inclusão da pauta das mulheres dentro da Igreja Católica (Gebara, 2020). O Deus amante dos pobres e dos oprimidos não olhava para as mulheres e as particularidades impostas pelo gênero feminino, aponta Gebara (2020). As mulheres que eram estupradas, violentadas, exploradas e abusadas não eram contempladas por esse Deus acolhedor proposto pela Teologia da Libertação (Gebara, 2020). O Deus dos pobres não acolhe mulheres que se divorciam, que fazem aborto, mesmo as vítimas de estupro, pois as pautas advindas do campo feminino são consideradas impuras demais para o Deus Libertador, “pois sendo Puro Espírito não podia ocupar-se com as baixezas da carne humana” (Gebara, p.14, 2020).

Em nome de um deus, as igrejas cristãs e católicas afirmam a posse do corpo feminino, impedindo que as mulheres decidam sobre si próprias, demonstra Gebara (2020). Nesse sentido, o enfraquecimento da Teologia da Libertação ocorreu juntamente com o esgotamento dos movimentos populares de esquerda, ao não demonstrar nenhuma novidade em seu discurso teológico para acompanhar a conjuntura atual (Gebara, 2020). Mesmo que o Concílio Vaticano II tenha marcado uma fase caracterizada como progressista na Igreja Católica, momento que existe uma forte preocupação com a justiça social dentro do catolicismo latino-americano, com o fim da ditadura militar, a aliança entre grupos católicos e a esquerda se enfraqueceu, assim como ocorreu em vários países da América Latina, principalmente a partir do papado de João Paulo II, no qual foram priorizados a consagração de bispos com formações conservadoras (Miskolci, R.; Campana, M., 2017).

Em consequência, perde a força da Teologia da Libertação, por meio do cerceamento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do fortalecimento da Renovação Carismática Católica (RCC). A partir disso, a aliança entre catolicismo e esquerda se enfraquece e ganha notoriedade uma agenda moral que gerou uma parceria entre católicos e neopentecostais. Esses grupos religiosos enxergam as posições vindas do movimento feminista, bem como do LGBT, como um incentivo ao individualismo máximo que vai de encontro à sexualidade religiosa que é baseada na hierarquia entre homens e mulheres, centralizando a reprodução (Miskolci, R.; Campana, M., 2017).

Nesse sentido, é importante discutir a entrada da Renovação Carismática Católica na paróquia João Paulo II e, em consequência, ocorre uma acentuação de um conservadorismo religioso que incentiva a centralidade do indivíduo em contrapartida de uma prática comunitária religiosa. Desta forma é apontado que mesmo com a não abertura para as pautas de gênero na Teologia da Libertação, com a teologia carismática católica, a contra ofensiva ao gênero se intensifica, o que será demonstrado nos tópicos abaixo.

Direitos sexuais e reprodutivos frente à Igreja Católica: Moralidades e resistências

Em cada país, a Igreja Católica historicamente atuou na esfera educacional e sempre buscou uma forma de manter sua influência nesse espaço, sendo contrária a iniciativas que têm como propósito o aumento da pluralidade, seja religiosa, sexual ou de gênero (Miskolci, R.; Campana, M., 2017). Nesse sentido, é importante ressaltar que os empreendedores morais, sendo católicos, neopentecostais ou outros que se identifiquem com os mesmos ideais e que se relacionam de forma circunstancial a partir do que denominam ser ideologia de gênero, criam

estratégias em um espaço político moral para travar debates, direitos e políticas públicas em relação ao gênero (Miskolci, R.; Campana, M., 2017), principalmente em relação a interrupção da gravidez.

Em 1985, ocorreu a Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, organizada pelas Nações Unidas, onde ficou marcada a substituição do termo mulher pelo conceito de gênero, sendo reconhecido que a desigualdade entre homens e mulheres é estrutural, o que gerou inúmeras reações contrárias, em especial da Igreja Católica (Miskolci, R.; Campana, M., 2017). Essa contra ofensiva católica foi marcada por um combate à perspectiva de gênero, atacando, desarticulando, e reprovando os ideais feministas (ibid)

A partir dessa mudança, Joseph Ratzinger, que se tornaria Papa Bento XVI, que reconheceu a Renovação Carismática Católica como uma expressão viva do Espírito Santo dentro do catolicismo; em 2005, fez um alerta, afirmando que os teóricos de gênero estavam colocando a ideia de família nuclear em risco, quando se questionavam os papéis sociais advindos do sexo biológico, apropriados pelos valores cristãos como verdade divina (Butler, 2019). Quando se torna papa, dobra a aposta ao alegar que essas ideologias advindas do gênero negam a “dualidade pré-ordenada entre homem e mulher” e, portanto, “a família” enquanto “realidade estabelecida pela criação” (Butler, p.223, 2019). Nesse sentido, gênero passa a ser compreendido em variados países como uma “ideologia”, que contesta a diferença criada pelo sexo biológico, ao se “igualar” ao poder de Deus, no quesito de “criar” uma própria expressão de gênero.

A Igreja Católica possui uma grande restrição em relação à sexualidade, o que gera influências dentro do plano político (Vaggione, 2012). Para o catolicismo, todo ato sexual deve transmitir vida. Ou seja, a Igreja Católica prega uma defesa da moral sexual em consonância com a defesa da vida, rejeitando temas como aborto, masturbação, contracepção e homossexualidade, trazendo uma posição contrária ao prazer. Essa relação entre sexualidade, reprodução e vida “*é uma construção político-cultural que desafia a política sexual dos movimentos feministas e a diversidade sexual*” (Vaggione, 2012, p.60). Mesmo com o processo da secularização, na maioria dos países latinos, a Igreja Católica exerce uma influência direta e indireta dentro das políticas públicas que versam sobre sexualidade, legalidade de casais homossexuais e o direito à identidade de gênero.

Paula Monteiro afirma que o secularismo, “*enquanto doutrina política do Estado, não implicou necessariamente na separação entre as instituições religiosas e as instituições*

governamentais” (p. 172). Isso, pois ele trabalhou com uma dupla mutação, em que as “demandas religiosas se representam nos fóruns decisórios e, por outro lado, *agentes religiosos são chamados a colaborar na execução de políticas públicas*” (p.172). Assim, a autora afirma que alguns elementos do campo protestante, juntamente com os católicos, alteraram a sua participação no cenário político, deixando a visão mais ética e seus argumentos mais secularizados. Dessa forma, faz sentido analisar um projeto social religioso e institucionalizado, que propõe como práticas assistencialistas, estratégias para o desencorajamento ao aborto.

O “Pela Vida” e a assistência social promovida a partir de práticas antiaborto

O “Pela Vida” oferece ajuda para mulheres que desejam abortar, dando alternativas para que as mesmas não realizem o ato. Essa posição extremamente contrária ao aborto é uma das consequências do fortalecimento da Renovação Carismática Católica na paróquia, sendo um projeto tratado como uma forma de assistência social, pois oferece apoio psicológico à gestante, uma formação profissional e auxílio jurídico, caso a portadora do feto deseje doar o futuro bebê. Em uma entrevista feita com a coordenadora do grupo “Pela Vida”, a mesma apresenta que esse grupo não tem objetivo de impedir nem interromper o aborto, conscientizar que é um acesso ao aborto é uma falácia:

Nós temos esse trabalho de não impedir nem interromper o aborto, mas sim conscientizar que é uma falsa, né, atitude que a mulher possa ter. Porque você falar para uma pessoa não fazer é muito fácil, porque você não vive o contexto que ela está vivendo. Então é muito fácil você falar: “Não faz”. E ali o trabalho é de você trazer essa mulher. Essa mulher já está sem alicerce nenhum. Essa mulher está fragilizada, muitas vezes violentada, né? Que ela entenda que aquele ser que ela tá gerando é algo de que ele não tem culpa e ele não pode sofrer os prejuízos dessa culpa através do aborto. Porque a gente sabe que um vizinho fala: “Ah, você vai fazer um aborto, a família fala”, né? Então não é só, a gente não chega e fala assim: “Você não faz”. Nós damos o caminho. O primeiro caminho é o acolhimento, né, o acolhimento dessa gestante, que é justamente ela tentar começar a entender que aquele ser precisa dela, ainda que ela não queira. (Dona Maria, Coordenadora do Núcleo de Assistência Social, 2026)

É interessante perceber que, a partir dessa fala, mesmo que a coordenadora compreenda as fragilidades daquela mulher que muitas vezes é violentada, a partir do momento em que ela engravida, aquele feto começa a englobar o corpo da gestante. Nesse sentido, é enfatizado como esse feto depende dela, mesmo que ela não queira ser mãe, e isso, citando Naara Luna (2022),

explicita o princípio da hierarquia de Dumont (1997, p. 22), no qual a gestante é englobada por esse feto, considerado um sujeito, a partir do ideal cristão de que a vida se inicia na concepção.

Em outra fala dessa mesma entrevista, a coordenadora aponta como o “Pela Vida” atua para desencorajar a interrupção da gravidez. É perceptível que exista essa visão assistencialista ao serem oferecidos cursos de formação e oficinas para aprender novas formas de empreender, para que essa gestante possa trabalhar em casa e que tenha um dinheiro pra sustentar essa criança que virá a nascer:

Mas ela entende que há possibilidades de um trabalho, é, de um curso de formação, ah, mas eu não posso trabalhar fora. É, a gente oferece cursos, oficinas para que ela possa trabalhar em casa, né? E as que chegam, que querem abandonar a escola, ela entendeu que uma barriga não é vergonha, assim como uns óculos também podem envergonhar, né? A gente não queria; eu não queria usar óculos, mas eu não tenho condições de comprar uma lente de contato. Mas só que sem os óculos, eu não enxergo. Então, a mesma coisa, ela vai precisar entender que essa barriga vai crescer. Sim, sim. E que em algum momento essa barriga vai diminuir, mas que não é pela falsa ideia do aborto. (Dona Maria, Coordenadora do Núcleo de Assistência Social, 2026)

Aqui é interessante perceber a alusão feita à gravidez, sendo comparada à vergonha de usar óculos. Ou seja, o projeto, por meio da fala de sua coordenadora, enxerga a gravidez como se fosse algo corriqueiro, algo que não fosse mudar completamente a vida daquela gestante.

Ao ser questionada sobre como as mulheres chegam até o “Pela Vida”, a coordenadora aponta que elas são encaminhadas de outros lugares para o projeto. Ademais, para além do acolhimento psicológico e de formação profissional, o projeto promove suporte jurídico, caso a gestante decida pela entrega à adoção:

Sim, elas procuram a gente; são encaminhadas de outros lugares para a gente. E a gente também dá essa parte com o profissional do jurídico que elas têm; elas chegam assim: "Ah, não, eu não quero porque eu vou abandonar, eu vou ser presa, eu vou doar, vou ser presa. Não, existe adoção desde o ventre. Que ela pode doar de forma legal e legítima. O que não é legal nem legítimo é pegar um bebê recém-nascido e deixá-lo dentro de uma lixeira. Aí é crime. (Dona Maria, Coordenadora do Núcleo de Assistência Social, 2026)

Por fim, a coordenadora apresenta que o “Pela Vida” trabalha juntamente com a Vara da Infância, com o objetivo de conscientizar as mulheres que desejam abortar de que existem muitas pessoas na fila de espera de adoção e que esse feto pode ser uma oportunidade para essas

famílias que querem ter um filho. Porém, ela não pontua e não coloca em destaque como que é a realidade das filas de adoção e como são os abrigos para as crianças que aguardam um lar:

Então, a gente vai fazendo esse trabalho junto com a Vara da Infância, conscientizando de que tem muitas pessoas na fila de espera para ter um filho, para amar um filho, né? E não tem. E que essa criança pode ser uma oportunidade para essas famílias que querem um filho e querem amar um filho. Então, é um trabalho de formiguinha, é um trabalho cansativo, né? Mas é um serviço. Né? É um serviço para Deus, porque quando essa criança tá ali, que é gerada, né, as células, ela já tem vida, ela já tem espírito. (Dona Maria, Coordenadora do Núcleo de Assistência Social, 2026)

A partir do que foi apresentado, é possível concluir, principalmente na última fala, que o princípio cristão segundo o qual a vida se inicia no momento da concepção está presente no projeto de assistência social desenvolvido pela Paróquia João Paulo II. Quando a coordenadora afirma que, “quando a criança é gerada a partir das células, ela já tem vida, ela já tem um espírito”, o início da vida biológica é condicionado à existência de uma dimensão espiritual, conferindo ao embrião, desde a concepção, uma condição de sujeito dotado de vida e espírito, que exerce um tipo de englobamento ao corpo da mãe, esta que pede todo seu poder de escolha na própria vida.

Dessa forma, é possível apontar como a influência desses movimentos espiritualistas dentro do Núcleo de Assistência Social da Paróquia João Paulo II confere centralidade ao espírito, o que constitui um elemento fundamental para compreender a atuação desse grupo de assistência social, vinculado à Renovação Carismática Católica (RCC). Nesse sentido, a dimensão espiritual atravessa as ações assistenciais desenvolvidas pela paróquia, que vai além das necessidades materiais dos sujeitos, mas atua como empreendedora moral que atua a partir de uma concepção cristã da noção de pessoa, principalmente em relação ao corpo feminino.

Conclusões parciais ou finais

Quando é dito que existe um processo de fortalecimento do conservadorismo dentro da Igreja Católica, após o cerceamento da Teologia da Libertação, existe uma falácia de que nos anos 50 a 80, o catolicismo como um todo era de fato “progressista” em relação às pautas do corpo feminino. É importante deixar claro que o gênero é algo para o qual a teologia libertária católica não cedeu espaço para discussões relacionadas às problemáticas advindas das

mulheres, o que demonstra que o gênero é algo que gera algum desconforto, mesmo em campos ditos mais progressistas.

Mesmo que essa ideia de libertação proposta pelo setor progressista da Igreja Católica a partir dos anos 50 tenha gerado para as teólogas feministas uma nova perspectiva sobre a libertação, isso não foi suficiente, pois esta discussão não deveria ser somente sobre opressão social e pobreza, mas também sobre libertação dos papéis de gênero impostos por uma denominada “natureza patriarcal” (Gebara, 2020).

O que coloco em perspectiva é que a proteção do nascituro passa a englobar também o corpo e as decisões da mulher, que, em primeiro momento, não tinha a intenção de prosseguir com a gestação. De acordo com Butler (2020), a guerra travada contra o gênero é uma forma de manter uma sensação de estabilidade da posição tradicional e do privilégio, ao mesmo tempo em que políticas econômicas neoliberais destruíram a perspectiva de futuro de várias pessoas. Ou seja, manter o controle sobre os corpos femininos é também uma forma de manter um ideal de tradição e posição de privilégios, mantendo a hierarquia entre homens e mulheres no seio cristão, a partir da natureza.

É possível concluir que a Paróquia João Paulo II e seus voluntários concebem o impedimento do aborto como parte de sua atuação assistencial, entendendo o apoio às gestantes como uma estratégia de promoção da vida e de enfrentamento de situações de vulnerabilidade social. Nesse sentido, por meio de um discurso secular, a partir da psicologia e do direito, mobilizam-se argumentos que dialogam com a concepção religiosa de que a vida se inicia na concepção.

Para isso, são apresentadas alternativas que envolvem a profissionalização da gestante e a inserção em atividades geradoras de renda, possibilitando condições materiais para a manutenção da gestação, como também a orientação acerca da entrega legal para adoção. Dessa forma, a proteção do nascituro passa a englobar também o corpo e as decisões da mulher, que, em primeiro momento, não tinha a intenção de prosseguir com a gestação. Assim, neste contexto, é observada a articulação de um secularismo estratégico, no qual o discurso religioso é legitimado mediante sua associação com práticas de assistência social.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019.

BOLTANSKI, Luc. As dimensões antropológicas do aborto. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, p. 205-245, jan./abr. 2012.

BUTLER, Judith. Ideologia anti-gênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 2, n. 36, p. 219-235, 2019.

GEBARA, Ivone. A teologia da libertação e as mulheres. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 23, 2020.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura; ethos, visão de mundo e a análise dos símbolos sagrados; um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1973].

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Bauru, SP: EDUSC; Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

LUNA, Naara. O direito ao aborto em caso de anencefalia: uma análise antropológica do julgamento da ADPF 54 pelo Supremo Tribunal Federal. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, 2021.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, set./dez. 2017.

MONTEIRO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 167-183, 2012.

STERN, Fábio L.; GUERRIERO, Silas. O ethos da Nova Era nas religiões tradicionais: o caso do coaching evangélico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO, 10., 2020, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: PUC Goiás, 2020. p. 540-545.

VAGGIONE, Juan Marco. La “cultura de la vida”: desplazamientos estratégicos del activismo católico conservador frente a los derechos sexuales y reproductivos. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 57-80, 2012.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DAS/OS AUTORAS/ES

Débora Ribeiro: Data Curation, Writing – Original Draft, Writing – Review & Editing, Methodology.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

As/os autoras/es declaram não haver conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIA DAS/OS AUTORAS/ES

Débora Ribeiro: Doutoranda em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS/UFRRJ). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8170619727706344>.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A ferramenta de inteligência artificial Grammarly foi utilizada na revisão técnico-gramatical do texto.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.